



Ata dos trabalhos da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Nova Lima. No dia sete de julho de dois mil e quatorze, às treze horas e quinze minutos, reuniu-se a Câmara em sua Sede, achando-se constituída a Mesa pelos senhores vereadores: Nélio Aurélio de Souza – Presidente, Alessandro Luiz Bonifácio – Vice-Presidente e Silvânio Aguiar Silva – Secretário. Sob a proteção de Deus, o Senhor Presidente abriu os trabalhos e solicitou a chamada dos vereadores presentes; constatando-se a existência de número legal conforme as assinaturas apostas no livro próprio, verificando-se a ausência justificada do vereador Leci Alves Campos. O Senhor Presidente colocou em discussão e votação o Projeto de Lei nº 1.419/2014, que “Dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária do Exercício de 2015 e dá outras providências”. Logo após, solicitou ao Plenário a dispensa de interstícios para as votações do projeto. O Plenário aprovou. Em primeira votação, o projeto foi aprovado por nove votos. Em segunda votação. Em discussão, a vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira disse: “Senhor Presidente, eu gostaria de informar à Casa que após a leitura do projeto, eu verifiquei que o projeto para no artigo 44: ‘Revogam-se as disposições em contrário’. Só que eu vou pedir à Comissão de Redação Final para acrescentar o artigo 45: ‘Esta Lei entra em vigor a partir de primeiro de janeiro de 2015’, porque senão fica parecendo que ela já tem que entrar em vigor a partir de agora. Então, pedir à Comissão de Redação Final que acrescente o artigo 45: ‘Esta Lei entra em vigor a partir de primeiro de janeiro de 2015’”. O Senhor Presidente comunicou: “a pedido da vereadora Ângela Lima, como é redação final, que fique anotado que a



Comissão de Redação Final possa corrigir”. O vereador Silvânio Aguiar Silva afirmou: “Senhor Presidente, é porque não me lembro aqui. O vereador André Vieira pediu vistas em função das emendas, está certo? E essas emendas não estão sendo colocadas em votação”. O Senhor Presidente falou: “porque não estão aqui. Se estivessem aqui...”. O vereador Silvânio Aguiar Silva indagou: “pois é. Mas vereadora Ângela, as emendas foram propostas em bloco, não é isso mesmo?”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira respondeu: “foram; elas teriam que estar lá”. O Senhor Presidente registrou: “mas as emendas para serem votadas, têm que estar no projeto. Não estão aqui”. O vereador Silvânio Aguiar Silva disse: “mas nós estaremos votando hoje o projeto com as emendas. Então, nós temos que voltar atrás aí, até porque já foi feita uma votação”. O Senhor Presidente afirmou: “isso não tem problema porque a reunião está em curso, não tem dano nenhum. Eu quero saber a origem das emendas, tem emenda ou não tem? Porque dentro do projeto não tem”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira esclareceu: “Senhor Presidente, as emendas são emendas que nós fizemos à LDO em 2013 para 2014. Certo? Como dessa vez nenhum vereador entrou com emenda, e analisando as emendas que nós tínhamos feito de 2013 para 2014, algumas emendas que a gente tinha colocado não foram ainda acolhidas”. O Senhor Presidente falou: “no Orçamento de 2014”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira registrou: “de 2014, é. Que pode ser ainda, não é? Porque nós estamos em 2014”. O Senhor Presidente disse: “sei, mas não justifica pôr uma emenda no Orçamento de 2015, se ela está no de 2014”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira afirmou: “então, está ótimo, Senhor



Presidente, está bom, vamos retirar as emendas”. Em segunda e última votação, o projeto foi aprovado por nove votos e encaminhado à sanção. O Senhor Presidente falou: “nós temos muita pouca coisa, só mais um procedimento aqui. Devido a vários problemas políticos que ocorreram no município, que não há necessidade de qualificá-los aqui. Tem aqui que eu, como Presidente, sou obrigado a pôr em Plenário, até para o procedimento continuar ou arquivar. Existia um pedido de afastamento desse Presidente pelo DEM, assinado por Viviane Gomes Matos, pelo Presidente do PSL, Luciano Vitor Gomes e por um senhor que eu não conheço, Stefano Luiz Rodrigues. Foi acolhido por alguns vereadores na época, também não há necessidade de citar nomes. E devido ao Fórum não ter acolhido o procedimento desse processo, inclusive ter tido uma liminar ainda consistente também ganha, mas eu tenho que cumprir as normalidades da Casa. Eu, particularmente, não voto nesse processo porque ele é contra a administração desta Presidência. E nós temos na Casa aqui os vereadores, eu preciso pelo menos de maioria simples. Se não tiver maioria simples, vai continuar o processo contra esse Presidente”. O vereador José Guedes solicitou: “Senhor Presidente, Questão de Ordem. Todos nós somos sabedores que o DEM tem dois representantes na Câmara, eu e o Fausto. Então, eu tive ciência deste documento agora, eu gostaria que o Senhor suspendesse a reunião por uns dez minutos. Como eu vou votar uma coisa que eu não sei?”. O Senhor Presidente registrou: “Sua Excelência assinou o documento que o DEM pediu. Não há necessidade de falar nome de vereador. É porque o DEM fez um procedimento e encaminhou à Casa e tinha cinco assinaturas de vereador pedindo isso que eu acabei de



explicar. Eu só estou sendo menos...”. O vereador José Guedes disse: “mas o conteúdo aí eu não sei não”. O Senhor Presidente afirmou: “mas o pedido foi baseado nisso, foi encaminhado junto para o juizado”. O vereador José Guedes falou: “sim, vamos supor que o DEM fez o pedido, os vereadores, mas o conteúdo aí eu não sei. Não sei se está com a razão ou... Se o DEM tem razão...”. O Senhor Presidente registrou: “vereador, é só simplesmente, o senhor quer conversar antes, eu suspendo, não tem problema. Eu, particularmente, não preciso conversar”. O vereador José Guedes disse: “eu estou pedindo ao senhor”. O vereador André Luiz Vieira da Silva afirmou: “vereador, é que na verdade o conteúdo, se eu não me engano, é o mesmo que nós fizemos: um pedido de afastamento, uma vez que a gente tinha tomado uma decisão e nós entendíamos que essa decisão estava correta, respaldada no Regimento Interno da Casa. Então, é respaldado na nossa atitude que eles tomaram essa decisão. Só que essa questão perdeu o objeto porque a Justiça deu deferimento lá favorável ao Presidente. Então, nesse caso, vamos acompanhar o judiciário”. O Senhor Presidente falou: “e pelo Regimento, explica aos vereadores, que precisa vir a Plenário”. O vereador André Luiz Vieira da Silva registrou: “é, só está colocando porque é necessário. Pelo Regimento Interno mesmo, a partir do momento da entrada com um processo daquele dali é necessário entrar. A questão era, se nós tivéssemos ganhado na Justiça, se a reunião que a gente fez tivesse sido validada pela Justiça, então, estaria comprovada a infração que ali está sendo mencionada naquele documento. Mas como a Justiça deu favorável ao Presidente, então não tem porque, já perdeu até o objeto”. O Senhor Presidente disse: “valeu vereador,



bem explicado. O senhor precisa de cinco minutos?”. O vereador José Guedes respondeu: “eu gostaria, dez minutos”. O Senhor Presidente afirmou: “eu vou suspender por cinco minutos, mas eu não necessito nem ir lá porque eu sei do processo todo. O vereador que quiser ir, a reunião está suspensa por cinco minutos”. Reiniciando os trabalhos, o Senhor Presidente falou: “o procedimento, como eu disse, será pela maioria simples se quiser que este Presidente seja inocentado, digamos assim, e ele terá prosseguimento na Casa para um procedimento de investigação de cassação deste Presidente. Eu não voto, quem vota são só os vereadores que estão no Plenário. Isso é matéria que tem que ser arquivada ou continuada. Eu vou pôr em votação. Os vereadores que acham que esse procedimento que fizeram contra o Presidente é nulo e ilegal de acordo com os documentos que saíram pela Dra. Adriana, permaneçam como estão. Aprovado. Será arquivado o referido requerimento, sem nada mais a declarar, por nove votos. Sem nada mais a declarar, agradecemos a presença de todos, sob a proteção de Deus, declaro boas férias e os trabalhos estão encerrados. Retificando, muito obrigado, André. Como eu disse, eu não voto. Estou retificando a votação, são oito votos para o arquivamento do referido procedimento que foi encaminhado pelo DEM e pelo PSL e mais o senhor, como eu já citei o nome. Obrigado a todos”.